

Aureliano não crê em devolução do compulsório

O consumidor de álcool e gasolina dificilmente receberá de volta do Governo o empréstimo compulsório cobrado na venda desses dois combustíveis desde julho do ano passado.



Aureliano Chaves

Pelo menos esta é a opinião do Ministro das Minas e Energia, Aureliano Chaves, que defendeu mais uma vez o fim da cobrança:

— O compulsório não pode se transformar em um problema permanente, não é possível que se onere em mais 28% o preço de um derivado. Na realidade, é um eufemismo de imposto, não é um empréstimo compulsório.

O Ministro, que participou ontem de palestra na Conferência Empresarial sobre Investimento Público na Confederação Nacional da Indústria (CNI), afirmou que, se soubesse como devolver esses recursos, chamaria o compulsório de empréstimo. Como tem dúvidas, concluiu lacônicamente:

— Não sei, perguntem ao Ministro Bresser Pereira; para mim é eufemismo — repetiu.

Ao se referir aos prejuízos que a Petrobrás tem com o álcool, o Ministro explicou que a estatal "vem sofrendo consequências de medidas desajustadas à realidade". Segundo ele, a empresa atendeu o apelo feito pelos Ministros da área econômica e congelou os preços dos derivados, para contribuir no combate à inflação. Assim, a Petrobrás foi levada à situação atual de dificuldades econômicas por responsabilidade da própria União.

O Presidente da Petrobrás, Ozires Silva, que também fez palestra na CNI, disse que o Brasil já pode fixar prazo para atingir a auto-suficiência em petróleo. Segundo ele, se a estatal receber remuneração adequada "poderá aceitar o desafio para fixar a meta, pois existe petróleo e tecnologia para atingi-la."

Pelas estimativas do Presidente da Petrobrás, com investimentos anuais da ordem de US\$ 5 bilhões, dentro de dez anos o País poderia atingir a auto-suficiência.

— Só preciso de recursos — garantiu Ozires Silva.

ANC

X

OGB

Paq.

21

12.11.89

Albano confirma que votou errado

O Presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Senador Albano Franco (PMDB-SE), que votou a favor da emenda que transforma em atividade exclusiva da



Albano Franco

União, a distribuição dos derivados de petróleo, afirmou agiu equivocadamente. O Senador, que ontem participou da abertura da Conferência Empresarial sobre Investimento Pú-

blico, na sede da CNI, disse, ainda constringido, que cometeu um erro na hora de votar, "porque era a hora que estava chegando ao plenário".

Albano Franco ressaltou que seu voto não influenciou no resultado final da Comissão de Sistematização, porque eram necessários apenas 47 votos para aprovar a emenda e 50 senadores deram seus votos aprovando-a.

— Das 500 votações da Constituinte, das mais de 300 de que participei até hoje, meu único equivoco foi esse. Foi lamentável, mas isso em nada alterou o resultado final da votação.